

## **Senhores Membros do Conselho de Administração do BM**

### **Senhores Presidentes e Administradores Delegados dos Bancos Comerciais e Instituições Financeiras**

#### **Ilustres Convidados**

#### **Minhas Senhoras**

#### **Meus Senhores,**

Quero em primeiro lugar, em meu nome e dos membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique, agradecer a presença de todos neste tradicional encontro de fim de ano em que fazemos um primeiro balanço do ano que está prestes a findar e apresentamos as nossas perspectivas económicas e financeiras para o ano de 2007.

#### ***Introdução***

O ano de 2006 foi marcado por importantes eventos, para o nosso País e para a nossa instituição. O acordo de reversão da propriedade da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado moçambicano foi sem dúvidas um acontecimento de dimensão histórica e económica para o nosso País. Ao abrigo deste acordo, o Estado moçambicano passa a deter 85% da titularidade deste importante empreendimento, o que lhe confere maior autonomia para utilizar o imenso potencial da HCB a favor do desenvolvimento económico e social do País e de toda a região em que nos inserimos.

Saudamos o nosso Governo por esta importante vitória e fazemos votos que Cahora Bassa se assuma, cada vez mais, como um poderoso instrumento de promoção dos interesses nacionais e da implementação da estratégia nacional de desenvolvimento do nosso país, internamente e no contexto da região austral de África.

Em 2006, os Conselhos de Administração do FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento, decidiram incluir Moçambique na lista dos países pobres que beneficiaram do perdão das dívidas para com essas instituições, no âmbito da iniciativa multilateral de alívio da dívida, vulgo MDRI. Para o nosso País, esta decisão significou um *write-off* de cerca de dois biliões de Dólares americanos no seu stock de dívida externa, sendo 1.3 biliões do Banco Mundial, 540 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento e 154 milhões do FMI. Este gesto encoraja-nos e confirma o cometimento da comunidade internacional para com o desempenho do Governo na implementação do PARPA e programas de desenvolvimento e estabilidade macroeconómica. Com este perdão, os rácios de posição externa de Moçambique ficam bastante melhorados, permitindo ao Governo recorrer ao financiamento externo, na base de uma gestão criteriosa do endividamento, para levar avante as múltiplas vertentes do seu programa de desenvolvimento e de combate à pobreza absoluta.

O reconhecimento internacional do desempenho positivo do Governo foi mais uma vez manifestado pelo Fundo Monetário Internacional quando a 18 deste mês aprovou o programa PRGF (*Poverty Reduction and Growth Facility*) que Moçambique mantém com esta instituição financeira multilateral, facto que abre boas perspectivas para a consolidação da cooperação internacional.

### ***Principais metas para 2006***

Não posso deixar de salientar as alterações que ocorreram na alta administração da nossa instituição ao longo do presente ano. Quero nesta ocasião, mais uma vez, prestar o nosso tributo ao Dr. Adriano Maleiane que até meados deste ano desempenhou as funções de Governador do Banco de Moçambique. Este reconhecimento estende-se aos colegas do Conselho de Administração que passaram igualmente à reforma. Eles deixaram-nos um legado de trabalho abnegado em prol da nossa instituição e do sistema financeiro moçambicano que todos temos que saber preservar e aprofundar.

Queremos também saudar vivamente a Associação Moçambicana de Bancos por muito recentemente, ter alcançado um amplo consenso em torno de um código de conduta para todos os seus membros.

No final do ano passado, quando nos reunimos neste mesmo local, anunciamos que em 2006, a nossa actuação tinha em vista contribuir para o sucesso da agenda do Governo, consubstanciada no Plano Económico e Social e no Orçamento do Estado, documentos que apontavam um crescimento económico de 7.9%, uma inflação média de 9.5% e uma posição externa, medida por reservas internacionais brutas, equivalente a quatro meses de importação de bens e serviços não factoriais. Os nossos objectivos intermédios eram de uma expansão monetária de 14.5% e um crescimento do crédito à economia em linha com o crescimento nominal do PIB.

Na altura, explicámos que a nossa agenda para 2006 seria fundamentalmente preenchida com acções multifacetadas visando implementar a Lei nº 7/2005, que define a taxa de Conversão do Metical para o Metical da nova família.

### **Minhas Senhoras**

### **Meus Senhores**

### ***Desempenho da Política Monetária e Cambial***

Iniciamos o ano de 2006 numa conjuntura internacional adversa, devido a volatilidade do preço do petróleo, que no presente ano atingiu um novo máximo histórico de cerca de 78 Dólares por barril. Felizmente, os sinais que nos chegam nesta parte final do ano alimentam-nos um certo optimismo neste domínio.

Informações preliminares, que têm por base dados do primeiro semestre, indicam que a economia moçambicana poderá experimentar em 2006, um crescimento real em redor dos 7.9%. Mais ainda, diferentemente dos últimos anos, o crescimento do PIB está a ser influenciado pela actividade dos sectores de construção, mineração transportes e comunicações e agro-pecuário que se mostram mais dinâmicos e com maior contribuição relativa, comparativamente aos grandes projectos. Isso é bastante positivo para a sustentabilidade do nosso crescimento, visto resultar da actividade das pequenas e médias empresas, unidades que absorvem maioritariamente recursos, mão-de-obra local, o que confere maior impacto no processo de luta contra a pobreza absoluta no país e reflecte a diversificação da actividade produtiva.

Como sabemos a principal missão da nossa instituição é a de garantir a estabilidade de preços. A avaliação que fazemos é a de que a inflação registou em 2006 um comportamento mais estável, comparativamente a 2005, mesmo tomando em conta que ela foi caracterizada por três momentos diferentes. Até Abril, enfrentamos um movimento altista nos preços, altura em que a taxa de variação homóloga atingiu o pico de 17%. Entre Maio e Agosto a inflação desacelerou, tendo as variações mensais sido sucessivamente negativas, fazendo com que a taxa homóloga baixasse para 10%, o nível mais baixo observado em todo o ano.

Sazonalmente, na parte final do ano, a inflação tende a subir. Todavia, a variação mensal do IPC em Novembro difere da de igual período de 2005, o que torna possível em finais de 2006, obtermos uma inflação acumulada a um dígito, ainda que em termos de taxa média, nos situemos ligeiramente acima das projecções de início do ano.

O principal instrumento de política monetária que usámos para conter e manter controlada a inflação foram as operações do Mercado Monetário Interbancário, apoiadas por uma forte vigilância sobre o requisito de reserva obrigatória, situado em 11.51% e pelo incremento que fizemos, no final do primeiro semestre, na nossa taxa de juro de intervenção.

O agravamento do preço do petróleo no mercado internacional teve um impacto considerável nos preços domésticos dos combustíveis e seus derivados. O comportamento da inflação ressentiu-se deste factor, mas a concertação de políticas pelas diferentes instituições de gestão macroeconómica e o desempenho do sector real da economia, têm permitido amortecer este choque.

Em 2006, o INE introduziu um novo cabaz do IPC, alterando o ano-base para 2004 e ajustando os ponderadores dos diversos produtos que compõem o cabaz. Felicitamos o INE por este esforço que reforça a comparabilidade das nossas estatísticas com as dos países da SADC, contribuindo deste modo para uma maior integração das nossas economias.

Após um ano de claras perturbações, em 2006, o Metical mostrou-se bem mais estável face às principais moedas transaccionadas nos vários segmentos do mercado cambial. As medidas excepcionais que tomamos em finais de 2005 revelaram-se importantes para acalmar o mercado e dotá-lo de maior disciplina e profissionalismo. Queremos aqui enaltecer os resultados obtidos com os afinamentos realizados em toda a cadeia do complexo processo de importação de combustíveis, para a estabilidade da taxa de câmbio. A depreciação do Metical contra o Dólar americano em 2006 foi inferior a 10%, contra 27% registados em 2005; relativamente ao Rand, a nossa moeda inverteu a perda de 11% registado o ano passado, tendo havido uma apreciação do Metical em torno de 3.3%.

O Banco de Moçambique continuou a ser o principal suporte do MCI, do lado das vendas de divisas, tendo até a data colocado um total de 435 milhões de Dólares, em termos líquidos, nos leilões e nas vendas bilaterais, contra 393 milhões em 2005. O mercado cambial registou um aumento da confiança entre os seus operadores e isto é confirmado pelo aumento do volume e frequência das transacções de divisas entre os bancos comerciais, que atingiu um total de 181.4 milhões em 2006, contra 39.5 milhões em 2005.

## **Minhas Senhoras**

## **Meus Senhores**

### ***Desenvolvimentos do Sector Externo (BoP)***

A nossa Balança de Pagamentos apresenta resultados animadores, de acordo com a informação reportada a Setembro de 2006. No entanto, ainda depende significativamente da ajuda externa, fazendo com que estejamos muito expostos a choques exógenos, cujos impactos macroeconómicos nem sempre são fáceis de prever.

O nosso País é totalmente dependente das importações de combustíveis líquidos. A alta do preço do petróleo no mercado internacional resulta prejudicial no comportamento da inflação doméstica e nas reservas internacionais. A factura de combustíveis até Setembro de 2006 foi de cerca de 300 milhões de Dólares, contra 218 milhões registados em todo o ano de 2005. Esta cifra preocupa-nos, tendo em conta que as nossas exportações, retirando o efeito dos grandes projectos, são de apenas 600 milhões de Dólares, ou seja, cerca de metade do que o país exporta destina-se a financiar a factura dos combustíveis.

Até Setembro de 2006, o défice da conta corrente de Moçambique melhorou 38% comparativamente a igual período de 2005, se incluirmos os grandes projectos e 9% retirando as operações destes. Globalmente, continuamos a importar mais do que exportamos, tendo nos primeiros nove meses do ano em curso o valor das importações crescido 23%, atingindo uma cifra da ordem

dos dois biliões de Dólares, enquanto as exportações totais somaram 1.750 milhões.

Mercê de um crescimento relativamente mais dinâmico das exportações de bens que o das importações, a taxa de cobertura destas pelas exportações voltou a melhorar, representando em Setembro de 2006 89.4%, quando incluídos os grandes projectos (aumento de 10 pontos percentuais comparativamente ao período homólogo de 2005), ou 32.9% quando excluídos os grande projectos.

Ainda assim, este nível pode ser considerado baixo, o que requer esforços adicionais para promovermos uma maior diversificação das nossas exportações, que deve ser feito por via do aumento da produção virada para a substituição de importações, condição para a redução da forte dependência externa da nossa economia.

Por seu turno, o rácio de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas situou-se em Novembro do corrente em 4.7 meses, acima dos quatro programados, incluindo os grandes projectos.

## **Minhas Senhores**

### **Meus Senhores,**

Um dos nossos objectivos é o de promovermos um sistema financeiro são, forte e competitivo. No período em análise melhoramos os instrumentos de avaliação do risco do sector financeiro, através da metodologia CAMEL - Adequação do Capital, Qualidade dos Activos, Qualidade da Gestão, Evolução dos Rendimentos e Situação de Liquidez.

Os dados disponíveis mostram que, de modo geral, as nossas instituições encontram-se hoje mais sólidas e robustas, com os principais indicadores a evoluírem no sentido de melhoria e com perspectivas bastante mais animadoras. O nível de capitalização das instituições continua a aumentar situando-se num patamar que pode ser considerado satisfatório.

### ***Sistema Financeiro e***

### ***Supervisão Bancária***

A melhoria da solidez dos indicadores do sistema financeiro, reflecte um esforço conjugado do Banco Central, por via da supervisão bancária e das instituições de crédito através do fortalecimento dos seus processos internos de gestão e controlo.

Podemos afirmar que o nosso sistema está hoje mais preparado para fazer face a riscos diversos que a actividade financeira acarreta. Com efeito, o rácio do crédito mal-parado reduziu para 3.6%, enquanto o rácio de solvabilidade cresceu para 16.7%, contra um mínimo exigido de 8%, segundo os termos da convenção de Basileia I ou 12% nos termos de Basileia II.

## ***Metical da Nova Família***

Concomitantemente, continuamos a realizar esforços visando a modernização do nosso sistema de pagamentos. O processo de implementação da Lei 7/2005, sobre a introdução das notas e moedas do Metical da nova família iniciada a 1 de Julho veio contribuir para este objectivo. Lançamos uma ampla campanha de divulgação e educação cívica dos cidadãos residentes no País e compatriotas nossos residindo na diáspora, sobre os contornos deste processo.

Saudamos o envolvimento de todos, instituições de crédito, as autoridades locais, líderes comunitários, a comunicação social, na campanha do Metical da nova família, processo que decorre calmamente, sem perturbações, tendo as notas e moedas do Metical da nova família sido amplamente aceites. Estamos satisfeitos por termos logrado obter uma taxa de substituição das notas e moedas do Metical das antigas famílias pelo Metical da Nova Família superior a 85% até ao momento, esperando-se que até ao final do ano possamos superar os 90%, o que é um nível bastante satisfatório para as nossas condições.

Recordamos a todos os cidadãos que a partir do dia 1 de Janeiro de 2007, as notas e moedas do Metical das duas antigas famílias irão deixar de ter aceitação como meio de pagamento, podendo somente ser depositados ou trocadas nos estabelecimentos bancários. Por isso, gostaria de, mais uma vez, apelar a todos para que através dos circuitos comerciais, bancários e financeiros existentes no País, procedam a troca dos Meticais antigos pelo Metical da nova família.

Tal como previsto na Lei, ao longo de 2007 a troca física será efectuada nos bancos comerciais, mas ainda assim, os cidadãos que por razões ponderosas não o poderem fazer, terão até 2012 a oportunidade de o fazer junto do Banco de Moçambique.

Gostaríamos ainda de realçar que, tal como previsto, o dia 31 de Dezembro de 2006 marcará o fim do uso da designação escritural MTn e o retorno da designação MT, assim como o fim da obrigatoriedade da dupla indicação dos preços, iniciado a 31 de Março do presente ano.

## **Minhas Senhoras**

## **Meus Senhores,**

A estratégia definida pelo Governo de tornar o distrito pólo de planificação e desenvolvimento da nossa economia, colocam desafios acrescidos ao sector financeiro. Somos chamados a dar a nossa contribuição para este objectivo, expandindo os nossos serviços à escala do território nacional, em especial para as zonas menos favorecidas mas com enorme potencial de riqueza e de negócio.

## ***Expansão Territorial***

***(Agências)***

O sector financeiro deve estar sensível aos actuais baixos índices de poupança que o país possui, o que requer iniciativas pragmáticas para incentivar hábitos de poupança junto da nossa população. A crescente demanda por crédito para o financiamento de projectos de investimento, público e privado requerem mais dinamismo na captação de poupanças financeiras.

No dia 15 deste mês inauguramos a primeira Agência do Banco de Moçambique, na Cidade de Quelimane e dentro de dias iremos a Maxixe com idêntico propósito. Nos próximos meses vamos proceder à abertura das agências de Tete, Pemba e Lichinga. Esta decisão abre uma nova era na actividade do sistema financeiro moçambicano e na nossa filosofia de actuação, enquanto banco emissor e supervisor das instituições.

Com esta medida, emitimos um forte sinal ao sistema bancário quanto a urgência de todos darmos o nosso melhor no alargamento dos serviços financeiros e aumento da bancarização da economia nacional.

As agências do Banco de Moçambique facilitarão a nossa missão nos domínios da emissão e circulação de notas e moedas de boa qualidade, na modernização do sistema nacional de pagamentos, na redução dos custos de armazenamento e transporte de notas e moedas pelos bancos comerciais, na facilitação das operações financeiras do Estado, no âmbito da conta única do Tesouro e administração financeira mais descentralizada, assim como em tudo o que se relaciona com o licenciamento, apoio e supervisão das instituições de microfinanças. As nossas agências estão sendo abertas numa fase decisiva do processo de introdução do Metical da nova família.

Constatamos com apreço que em 2006 algumas instituições de crédito expandiram a sua rede de balcões e serviços financeiros no país, o que encorajamos reconhecendo a sua importância na dinamização da captação de poupanças.

Juntamente com o Ministério da Finanças continuaremos a desenhar estratégias e medidas, que visem minimizar os constrangimentos que hoje são apontados pelo sistema bancário nacional como impeditivos de uma maior expansão territorial e extensão dos serviços financeiros para fora das principais cidades. A presença de bancos nos distritos irá dinamizar a captação da poupança necessária para a realização dos investimentos de que o país muito precisa para enfrentar os desafios do milénio, relacionados com o combate à pobreza.

## **Minhas Senhoras**

## **Meus Senhores**

A Assembleia da República acaba de analisar o Plano Económico e Social do Governo e o Orçamento do Estado para 2007, dois importantes instrumentos da política económica. Neles o Governo prevê um crescimento real de 7% e uma taxa de inflação média anual de 8%. Para tanto, os nossos objectivos

intermédios serão de uma expansão monetária de 17.5%, medida pela variação de saldos do agregado monetário mais amplo (M3) e uma expansão da Base Monetária, nossa variável instrumental, não superior a 14.5%.

Em 2007, continuaremos a aprofundar as reformas em curso nos mercados monetários e cambial interbancários, principais meios de execução da nossa política monetária. Uma vez reposta a estabilidade do mercado cambial, julgamos estarem criadas as condições para a remoção gradual das medidas transitórias introduzidas em Novembro de 2005. Acabamos de aprovar um novo regulamento do Mercado Cambial Interbancário.

Este instrumento normativo introduz procedimentos que foram objecto de um longo processo de concertação com os bancos comerciais, a saber: (i) inclui um requisito de adesão e obrigatoriedade de cotar firme para um montante de referência de USD 50.000, até um máximo de 1 chamada por dia, (ii) alarga o spread entre as cotações bid e offer, dos actuais 10 Ctn para 20 CTn; (iii) define com maior detalhe as operações bilaterais com o Banco Central; (iv) alarga o limite máximo de variação da cotação diária para 1%, o que se mostra razoável para maior flexibilização dos operadores do MCI em todo este ambiente, em que a estabilidade cambial continua a ser o nosso maior interesse.

Com vista a conferir maior credibilidade e transparência à gestão da política monetária, bem como, para conformar-se com as boas práticas internacionais sobre a matéria, após um longo processo de preparação, que incluiu, entre outros, a construção de modelos de previsão e análise monetária de suporte à tomada de decisão, a partir do próximo ano, o nosso comité de política monetária vai mudar de formato e conteúdo.

No figurino que iremos adoptar, dedicamos uma atenção especial a comunicação com o público, tendo em vista divulgar pelo mercado e por toda a sociedade a natureza das medidas que o Banco Central toma, sinalizando de forma mais clara a política monetária que perseguimos no presente e futuro, o que por certo auxiliará o processo de formação das expectativas dos agentes económicos.

O ano de 2007 é decisivo para a implementação dos padrões internacionais nos relatórios financeiros das instituições de crédito (IFRS), marcando assim o fim de um processo de transição iniciado em 2004. Para tanto, a supervisão bancária vai passar a fazer uma abordagem de riscos futuros, conformando-se com as práticas internacionais sobre a matéria.

A partir de Fevereiro de 2007, o Banco de Moçambique passará a exercer a função de compensação dos cartões de crédito da rede visa emitidos por bancos nacionais, com vista a garantir que (i) todas as transacções domésticas realizadas em Meticais com cartões emitidos por bancos nacionais membros da Visa sejam liquidadas em Meticais, (ii) reforçar o papel do Metical como

moeda nacional, (iii) reduzir o risco cambial, (iv) permitir o registo e acompanhamento das transacções realizadas com recurso aos cartões de pagamento Visa;(v) colmatar parcialmente a ausência de uma rede única para pagamentos, e (vi) alargar o serviço de ATMs e EFT/POS.

A nível regional continuaremos a dar a nossa contribuição para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica definidos na SADC sejam alcançados, particularmente no que se refere à inflação, harmonização de procedimentos e quadro legal que governa os bancos centrais da região.

Ao nível do continente africano, na qualidade de membros da Associação dos Bancos Centrais Africanos, continuaremos a contribuir para o objectivo de criação de um banco central a escala continental.

**Minhas Senhoras**

**Meus Senhores**

***Agradecimentos  
Finais***

Queremos expressar o nosso profundo reconhecimento a todos os agentes económicos do nosso país, a sociedade em geral e a comunidade internacional pela valiosa contribuição que têm dado para a realização da nossa missão, particularmente, no que se refere à formulação e execução de uma política monetária consentânea com o objectivo de crescimento económico, com inflação baixa.

Permitam-me que dirija um agradecimento especial aos trabalhadores do sistema financeiro nacional e em particular aos colaboradores do Banco de Moçambique, pela dedicação e empenho demonstrados ao longo do ano.

Termino desejando a todos os presentes e as vossas excelentíssimas Famílias, Festas Felizes e um Ano Novo próspero.

Muito Obrigado.

Maputo, 20 de Dezembro de 2006